

ADPEMA



Notícias

Informativo da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão

Nº 16 - 11/09/2015

ADPEMA Notícias 16



11/09/2015 - DPE/ MG recebe o seminário Mediação: Um novo olhar sobre o conflito



No dia 4 de setembro último, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais recebeu o seminário “Mediação: Um novo olhar sobre o conflito”. Iniciativa da Escola Nacional de Mediação (Enam/MJ), Anadep, Enadep, Adep-MG e Universidade de Brasília (UNB), o curso teve como objetivo ampliar e destacar a cultura de mediação e conciliação que já vem sendo promovida pela Defensoria mineira,

além de sensibilizar o público e apresentar as particularidades do curso “Fundamentos da Mediação para a Defensoria Pública”.

A Defensora Pública Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, coordenadora do projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc) abriu os trabalhos, apresentando Gabriel Emanuel Ferreira de Almeida, ex-aluno da EE Deputado Renato Azeredo, que representa um exemplo do resultado positivo da mediação no ambiente escolar. Atualmente soldado da Aeronáutica, Gabriel fez uma apresentação instrumental executando duas peças no violino.

Em sua fala, a Defensora Pública Geral Christiane Neves Procópio Malard destacou o interesse da Instituição no tema estudado. “A mediação vem sendo discutida na Defensoria mineira e já tivemos um curso de nove meses em que diversos defensores públicos foram capacitados. Nosso desafio hoje é expandir a mediação. Com o novo CPC, o desafio aumentará, a mediação passará a ser regra e o defensor terá um papel fundamental. A Defensoria de Minas Gerais se destaca por sua atuação extrajudicial e a Instituição está construindo um modelo de mediação. Estamos aqui hoje refletindo sobre o tema, motivando os defensores públicos a pensarem em novas formas de solucionar conflitos. Na mediação, o assistido é ao mesmo tempo coautor do conflito e corresponsável pela sua solução e nossa reflexão deve passar pelo questionamento: o que queremos para nossos assistidos? Devemos buscar seu empoderamento e sua emancipação”.

A coordenadora de capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão, destacou que, entre todas as capacitações já realizadas na Defensoria Pública neste ano, talvez a mediação seja a maior necessidade atual do ser humano. “A mediação é necessária não somente no trabalho, mas também no dia a dia, nas nossas relações”, afirmou. A coordenadora agradeceu as participações das palestrantes, dos parceiros e apoiadores do seminário, dos defensores públicos da Capital e interior e servidores.

O presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso, destacou que a realização do seminário é a concretização de uma meta das associações estaduais implementada pela Associação Nacional e pela Escola Nacional dos Defensores Públicos. Para Generoso, a mediação é fundamental para a paz social.

Representando o presidente da Anadep, Joaquim Neto, o diretor de Articulação Social, Heitor Lanzellotti Baldez, destacou a importância do curso, que tem por finalidade incentivar a mediação nas defensorias estaduais e afirmou que a mediação não deve ficar restrita à atuação profissional, e sim levada para a vida de cada um.

10/09/2015 - ADPEMA firma novos convênios com hotéis



A Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) traz excelentes novidades para seus associados. Entre elas, é o convênio celebrado com a Rede Forte Hotéis, com descontos em pousada na cidade de Barreirinhas e também com a Rede BHG.

A Pousada Boa Vista está situada a 4 km do centro de Barreirinhas, cidade Portal dos Lençóis Maranhenses, com uma agradável área verde, oferecendo um ambiente aconchegante e atendimento personalizado. As opções de descontos variam entre 10% a 15% por temporada. O

desconto de 10% será realizado somente em feriados com as opções de acomodações de standard e superior (ala nova).

Para mais informações entre em contato através do telefone: (98) 987309001 / (98) 981760969 / (98) 991959001 ou reservas@pousadaboavista.com.br.

A ADPEMA também fechou excelentes descontos com hotéis da Rede BHG nos Estados do Maranhão e Pará. No Maranhão, podemos citar os hotéis Solare Suites American, Solare Suites Number One, Tulip Inn Bellagio, Tulip Inn Praiabella Hotel, Soft Inn São Luis e Gran Solare Lençóis Resort, este último em Barreirinhas. Já em Belém/PA, os descontos são nos hotéis Golden Tulip Belém, Tulip Inn Nazaré, Tulip Inn Batista Campos, Tulip Inn Hangar, Soft Inn Hangar e Soft Inn Batista Campos.

Os valores de acomodação variam entre R\$119 a R\$454 nos hotéis maranhenses, e R\$368 a R\$564 no Pará.

Veja ainda os nossos outros convênios ADPEMA no site: www.adpema.com.br no link Convênios.

10/09/2015 - Defensor Público do MA discute conflitos fundiários urbanos em Brasília



O defensor público titular do Núcleo Regional da DPE/MA, em São José de Ribamar e associado ADPEMA, Cosmo Sobral da Silva, participou de diversas reuniões da Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege), em Brasília. Em dois dias de evento, foram debatidos temas como conflitos fundiários urbanos, o Programa Minha Casa Minha Vida e o recrudescimento dos conflitos pela posse da terra, da moradia e da habitação.

No primeiro compromisso, na capital federal, o defensor falou sobre um dos problemas que atingem o Maranhão, especialmente o município de São José de Ribamar, que reúne o maior número de mandados de manutenção e reintegração de posse pendentes de cumprimento no estado. “Tratamos de diversos problemas, sobretudo aqueles pertinentes ao contexto atual no Maranhão. Sugerimos a realização de uma audiência pública com a participação do Conselho Nacional de Justiça e representantes do Ministério da Justiça, bem como órgãos do Sistema de Justiça Estadual. A ideia foi acatada e vamos encaminhar a solicitação por ofício, nos próximos dias”, disse Cosmo Sobral.

Durante a reunião, que contou com a presença do secretário de Reforma do Judiciário, Marcelo Veiga, foi abordada, também, a questão indígena e quilombola, onde ficou acertada a criação de

um Grupo de Trabalho no âmbito da Secretaria de Reforma do Judiciário para estudar o assunto e tirar medidas concretas de articulação com outros poderes para enfrentar o problema.

Já a discussão sobre o Programa Minha Casa Minha Vida aconteceu na presença da secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, e da diretora de Urbanização e Assentamento, Alessandra D'Ávila. Além deste tema, tratou-se da necessidade de um projeto federativo de regularização fundiária. Ainda foi colocado na reunião que o Maranhão firmou termo de cooperação técnica com a Secretaria do Patrimônio da União visando desenvolver um projeto de regularização fundiária em todo o solo maranhense.

No último dia, a reunião aconteceu na Secretaria Geral da Presidência da República, no Palácio do Planalto, com a Comissão Intersectorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos e com representantes da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, Ministério da Justiça e das Cidades. Mais uma vez o problema dos conflitos em São José de Ribamar foi abordado e, segundo Cosmo Sobral, "ficou acertada a realização de uma oficina nacional para discutir o problema, em outubro, na capital federal.

Fonte: ASCOM/DPE

10/09/2015 - Audiência de Custódia e o Processo Penal Brasileiro fala sobre implementação da audiência de custódia no Brasil



Falar sobre Audiência de Custódia consiste em pensar acerca do ato de guardar, proteger. Como forma de reflexão sobre o tema, o Defensor Público Federal (DPU/AM), Caio Paiva, em seu livro "Audiência de Custódia e o Processo Penal Brasileiro" destaca questões como a prisão, direitos humanos e uma teoria do processo penal que defende o caminho necessário para a aplicação da pena.

De acordo com o autor, a implementação da audiência de custódia no Brasil, embora tardia, é uma vitória dos Direitos Humanos, um raro momento de sensatez político criminal do nosso país. No livro, de referência nacional no tema, são destacadas ainda as finalidades do processo de audiência de custódia como o ajuste do processo penal brasileiro aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e a prevenção da tortura policial, assegurando, pois, a efetivação do direito à integridade pessoal das pessoas privadas de liberdade.

Caio Paiva ressalta que durante sua atuação defrontou-se com diversos desafios. "Não sou um 'observador imparcial' do encarceramento. Em diversos casos que atuei, quando visitava a pessoa encarcerada na unidade prisional, voltava com uma impressão tão simples quanto desafiadora: se o Ministério Público e o juiz vissem essa pessoa, conversassem alguns minutos com ela, acreditariam em mim quando postulo a sua liberdade. O que me motivou a escrever um livro sobre a audiência de custódia, portanto, foi contribuir para superarmos a 'fronteira do papel'", esse sistema puramente cartorial, para caminharmos rumo à humanização da jurisdição penal.", declara o defensor.

Além disso, o autor fala sobre o Projeto Audiência de Custódia, que consiste na garantia da rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante, e ainda reforça que o projeto iniciou-se efetivamente no Maranhão. “Embora o pioneirismo seja do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, que regulamentou a audiência de custódia por meio do Provimento nº 14 de 24/04/2014, o tema somente se tornou uma pauta nacional do Poder Judiciário após o incentivo vindo do Conselho Nacional de Justiça com o *Projeto Audiência de Custódia*, lançado em 06/02/2015, que teve a sua frente o protagonismo do Ministro Ricardo Lewandowski e do seu juiz-auxiliar Luis Lanfredi, que empreenderam uma verdadeira *saga* pelos Tribunais de diversos Estados para apresentar o *Projeto* e incentivar a sua adoção, objetivo conquistado com bastante êxito. Avalio essa ação de forma muito positiva e a considero uma vitória dos direitos humanos”, declara.

Durante a entrevista, o Defensor Público Federal Caio Paiva ainda agradeceu a oportunidade de apresentar seu livro aos colegas e ressalta a admiração pelo belíssimo trabalho desempenhado pela colega defensora pública e presidente da Associação, Clarice Binda.

09/09/2015 - AIDEF realiza moção de apoio às Defensorias Públicas



A Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF) aprovou por unanimidade moção de apoio às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal, que lutam contra Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questiona Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concedeu autonomia a essas instituições.

O presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege), Luis Carlos de Aguiar Portela, e o Defensor Público Geral Federal, Haman Córdova, defenderam a proposição aprovada junto à Associação Interamericana de Defensores Públicos (AIDEF), ressaltando a importância do fortalecimento das Defensorias Públicas e a manutenção dos avanços alcançados em toda a América Latina.

Toda essa discussão aconteceu durante encontro da AIDEF em Santiago, no Chile, no último dia 6. Na ocasião, Portela salientou a necessidade de apoio da AIDEF às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.

O presidente do Condege observou ainda que no caso de uma remota possibilidade de ser julgada procedente, a ADI seria um grande retrocesso, com efeito devastador e em cascata às Defensorias não só do Brasil como do mundo, gerando precedente perigoso e ofensivo às resoluções da Organização dos Estados Americanos (OEA), que recomenda aos países signatários que concedam autonomia às suas respectivas Defensorias.

De acordo com a Assessoria de Comunicação da ANADEP, a moção foi aprovada na última semana na reunião da AIDEF, no Chile. A diretora de relações internacionais da ANADEP, Adriana Burger esteve presente.

Fonte: ASCOM/ANADEP

09/09/2015 - ANADEP trata do PL 2882 com deputado Laudívio Carvalho



A vice-presidente da ANADEP, Marta Zanchi, e a Presidente da ADPEMA e diretora para assuntos legislativos, Clarice Binda, reuniram-se na última semana com o deputado Laudívio Carvalho (PMDB/MG) para tratar do **PL 2882/2015** de sua autoria. O projeto altera a Lei nº 10.406 de 2002 e facilita o registro de nascimento de recém-nascidos por maiores de 16 anos, independentemente da assistência de seus representantes legais. A proposta foi encaminhada pela defensora pública do Rio de Janeiro, Elisa Cruz, que faz parte da Comissão da Infância e Juventude da ANADEP.

Conforme a Comissão, o PL 2882/2015 assegura a efetivação da dignidade da pessoa humana ao reconhecer, dentro das limitações etárias, o exercício da autonomia de adolescentes entre 16 e 18 anos, bem como facilita o conhecimento da ascendência biológica do recém-nascido. Ainda, segundo a Comissão, o projeto fará uma correção do Código Civil, em direção à valorização da dignidade, tal como determinado pelo projeto constitucional, ao assegurar a atuação independente do maior de 16 anos também em situações existenciais, quando a previsão original do código referia-se, equivocadamente, apenas aos atos testamentários, de natureza patrimonial.

A ideia é que a proposta atenda às políticas e aos programas de erradicação de subregistro que têm sido realizadas no país, facilitando a existência formal da pessoa perante o Estado brasileiro e permitindo a sua inclusão em programas assistenciais e de saúde. Logo, permitirá um melhor conhecimento da realidade do país pelos órgãos públicos e a adoção de políticas públicas mais eficazes, tanto na distribuição dos recursos quanto na sua aplicação.

Segundo os dados divulgados pelo IBGE em dezembro de 2014, o número de crianças não registradas em cartórios no ano do nascimento caiu de 18,8% em 2003 para 5,1% em 2013. Apesar da queda, ainda persiste índice a ser objeto de cuidado pelo Poder Público. A mesma publicação do IBGE informa que o percentual de mulheres que tiveram filhos pode alcançar até 25% dependendo da região do país, de modo que a facilitação do registro civil pode servir de incentivo a redução do índice de subregistro.

Em anexo nota técnica emitida pela Comissão da Infância e Juventude da ANADEP sobre o tema.

Fonte: ASCOM/ANADEP

[Ver edições anteriores »](#)



*Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão
Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Renascença, São Luis/MA, CEP
65075-740*

Tel./Fax: (98) 3199-6194

Cel: (98) 987583882

secretaria@adpema.com.br